



A PARTICIPAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO PNAE NA REGIÃO CENTRAL DE RONDÔNIA

**ELIANE SILVA LEITE; CLODOALDO DE OLIVEIRA FREITAS; EDIMAR SILVA
PEREIRA; RUTE BIANCHINI PONTUSCHKA**

RESUMO

Este estudo descreve a atuação do Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição Escolar – CECANE/UNIR na assessoria técnica ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em 17 municípios de Rondônia (RO), com o objetivo de articular a demanda da alimentação escolar com a oferta da agricultura familiar. A iniciativa buscou identificar entraves e potencialidades locais, promovendo o fortalecimento da política pública conforme a legislação vigente, com foco em segurança alimentar, desenvolvimento local e inclusão socioprodutiva. Trata-se de um estudo descritivo, com aplicação de questionários, análise documental e realização de oficinas presenciais. Participaram das ações gestores públicos, nutricionistas, agricultores e técnicos da assistência técnica rural. A metodologia foi estruturada em sete etapas, desde o diagnóstico até a apresentação de relatórios individualizados por município. A análise qualitativa foi baseada na triangulação de fontes e nas oficinas participativas. As oficinas revelaram a participação de 26,3% de agricultores familiares, com destaque para Urupá (83,3%) e Vale do Paraíso (68%). Os principais obstáculos identificados foram o repasse federal insuficiente; a falta de infraestrutura, logística e de merendeiras; além da limitação da assistência técnica e a burocracia nos processos das chamadas públicas. Apesar das dificuldades, foram observados avanços significativos, como a adoção de cardápios escolares baseados na sazonalidade da produção local, contribuindo para a qualidade da merenda escolar e o planejamento produtivo. A atuação do CECANE/UNIR fortaleceu a articulação entre agricultores, nutricionistas, gestores e técnicos da extensão rural, destacando-se a importância da assessoria técnica contínua e do fortalecimento institucional para ampliar a efetividade do PNAE como política pública de segurança alimentar, inclusão socioprodutiva e desenvolvimento rural sustentável.

Palavras-chave: CECANE/UNIR; Alimentação Escolar; Política Pública.

1 INTRODUÇÃO

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) desempenha um papel fundamental na promoção da alimentação saudável, na integração da agricultura familiar (AF) e oferta de alimentos para as escolas públicas. Visto que a publicação da Lei 11.947, de junho de 2009 (Brasil, 2009), é considerada um marco para as políticas públicas de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) no Brasil e no mundo (Triches; Schneider, 2010; Sidaner; Balaban; Burlandy, 2013), e que a inclusão oficial de agricultores familiares como fornecedores de alimentos para o PNAE é de extrema importância para boa execução de tal política. Além do mais, considerando o crescimento contínuo das Entidades Executoras (EEx) – Estado, Município, Distrito Federal e escolas federais – que passaram a adquirir gêneros alimentícios

da agricultura familiar, faz-se necessário entender a visão dos atores como forma de garantir uma execução do programa em conformidade com a legislação.

Os Centros Colaboradores em Alimentação e Nutrição Escolar (CECANEs) são unidades de referência e apoio constituído para desenvolver ações de interesse e necessidade do PNAE, sendo o órgão normatizador deste programa o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Eles são Centros Colaboradores de excelência e inovação, que ajudam a fortalecer e revolucionar o PNAE, sendo uma parceria entre o FNDE e as Instituições de Ensino Superior (IES). Atualmente são 24 CECANEs, distribuídos em 22 estados do Brasil. Logo, este projeto do CECANE, vinculada a Universidade Federal de Rondônia (UNIR), CECANE/UNIR, vem de encontro para construir diálogo entre os atores pertinentes às duas pontas da cadeia de oferta (agricultura familiar), e demanda (unidades executoras), e propor possíveis soluções aos entraves detectados para a boa execução do PNAE.

Tendo em vista que os dados do Censo Agropecuário 2017-2018, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostrou que em Rondônia 81,3% dos 91.438 estabelecimentos recenseados foram classificados como pertencentes à agricultura familiar, ficando acima da média nacional que é de 76,8% (Neto; Silva; Araújo, 2020), vê-se que o estado é uma região com boas características para atender a demanda do PNAE, possibilitando a construção de um cardápio exequível e adequado à cultura e às necessidades nutricionais dos escolares. Além do mais o PNAE é um estímulo ao desenvolvimento econômico dos agricultores familiares.

Sendo assim, é necessário conhecer melhor os mecanismos que favorecem a compra da agricultura familiar pela alimentação escolar e quais são os gargalos a serem superados para buscar possíveis soluções para os municípios do estado. Ademais, é imprescindível identificar práticas que têm favorecido a execução desta política, utilizando este saber como exemplo para outros municípios.

Todavia, destaca-se que conhecer o que de fato é praticado pelos agricultores familiares da região e com que frequência e sazonalidade é produzido, apoia uma análise mais realista a respeito de quais medidas são necessárias na articulação dos atores e recursos para que determinado alimento chegue às escolas. Para tanto, o CECANE/UNIR, teve como objetivo levantar e organizar dados sobre a demanda da alimentação escolar, produção da agricultura familiar, avaliar os obstáculos e sugerir soluções para que ocorra a oferta da produção da AF na alimentação escolar em 17 municípios de Rondônia para atendimento da legislação do PNAE, sobretudo o preconizado pelo Art.14 da Lei 11.947 de 2009 (Brasil, 2009).

Neste sentido o projeto atendeu 17 municípios do estado, realizando assessoria regionalizada para o encontro da demanda da alimentação escolar com a produção da agricultura familiar dos municípios da região Central de Rondônia. O mesmo foi desenvolvido com a seguinte metodologia: Apresentação do projeto com detalhamento das atividades em cada um dos 17 municípios; aplicação *on-line* de questionários semiestruturados de diagnóstico; realização das Oficinas junto a agricultura familiar onde apresentou e discutiu os resultados do diagnóstico, levantou a oferta da produção da AF e a demanda dos gestores, assim como, os entraves e possíveis soluções para as dificuldades apresentadas; e finalizou com reuniões de assessoramento e apresentação do relatório final em cada município.

2 MATERIAL E MÉTODOS

Para desenvolvimento desse produto com a AF, o projeto foi estruturado em 07 (sete) etapas. As etapas de 01 (um) a 04 (quatro) se referem ao diagnóstico da situação da agricultura familiar, vinculada ao PNAE, nos municípios selecionados; a etapa 05 (cinco) culmina na produção de documento com síntese dos entraves relacionados à comercialização de alimentos da AF para o PNAE; a etapa 06 (seis) se refere ao planejamento e execução das 17 oficinas

presenciais, sendo uma em cada município; e a etapa 07 (sete) se refere ao monitoramento, assessoria e a apresentação do relatório final por município. Na sequência encontra-se um detalhamento das etapas mencionadas.

Etapa 1: Mapeamento e identificação dos municípios participantes do produto.

O estado de Rondônia possui 52 municípios e ocupa uma grande área de 237590,547km². Logo, para a identificação dos municípios participantes desse produto foram considerados aqueles localizados ao centro do estado, sendo os principais polos da região, por se tratar da primeira execução de um CECANE em Rondônia.

Nesta etapa inicial foi realizado uma visita presencial, pela equipe do projeto, aos municípios contemplados para apresentação da proposta as Secretarias de Educação e Agricultura municipais, escritórios regionais e locais de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), cooperativas/associações e sindicatos rurais, sendo que na oportunidade também foram explicados as demais atividades e o cronograma de execução.

Etapa 2: Mapeamento dos produtores familiares/propriedades rurais familiares/assentamentos/quilombos dos municípios selecionados.

Para elencar os agricultores familiares/propriedades rurais familiares/assentamentos/quilombos dos municípios selecionados foi necessário localizá-los. Para isso, se utilizou de informações cedidas por Secretarias de Educação e Agricultura municipais, Entidade Autárquica de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Rondônia (EMATER-RO), sindicatos rurais, nutricionistas e gestores escolares.

Etapa 3: Levantamento de informações sobre a comercialização de alimentos da agricultura familiar para o PNAE nos municípios selecionados.

A coleta de dados foi realizada a partir da aplicação de questionários diagnósticos (formulário *Google Forms*), elaborados pelo CECANE/UNIR. Os questionários evidenciaram de forma geral, as potencialidades e fragilidades vivenciadas pelos diferentes atores na comercialização de produtos da AF. Eles foram enviados, de forma individual, no *WhatsApp*, para o grupo 1 (gestores, nutricionistas, membros do CAE e das comissões de compra e recebimento), e grupo 2 (agricultores). Os contatos dos participante foram adquiridos no preenchimento da ficha técnica durante as visitas de apresentação do projeto.

Para além dos questionários, foi solicitado a todos os municípios os seguintes itens: cópias de chamadas públicas, projetos de venda, contratos de venda e cardápios. Os três primeiros itens foram analisados a partir dos modelos propostos na Resolução CD/FNDE nº 4 de 2015 e a Resolução nº 06 de 08 maio de 2020.

Etapa 4: Reconhecimento da demanda da alimentação escolar nos municípios selecionados.

Para o reconhecimento da demanda da alimentação escolar foram compilados os dados coletados nos questionários enviados ao público-alvo. Além disso, foram avaliados os cardápios enviados pelos municípios participantes.

Etapa 5: Compilação de dados referentes aos principais entraves para efetivação da compra da agricultura familiar na alimentação dos municípios selecionados.

Dados referentes às dificuldades vivenciadas na comercialização da AF para o PNAE foram coletados durante a visita inicial, também na aplicação dos questionários via *Google Forms*, na análise de documentos referentes à chamada pública, projeto e contrato de venda, além dos cardápios. Esses dados foram organizados em um documento com gráficos que mostrava a situação do município. Eles foram apresentados aos participantes no dia da oficina presencial, e eles puderam validar as respostas.

Etapa 6: Construção e execução de oficinas entre atores envolvidos na demanda da agricultura familiar nos municípios.

As estratégias escolhidas para as oficinas foram contextualizadas na realidade dos municípios. Nesse sentido, a programação foi estruturada após finalização do diagnóstico

situacional com enfoque nas solicitações apresentadas pela demanda da alimentação escolar e da produção da agricultura familiar.

Teve-se a efetivação de uma oficina em cada um dos 17 municípios, onde foram apresentados e discutidos os resultados do relatório diagnóstico da situação do município, levantado a oferta (da produção da AF) e a demanda (dos produtos pelos gestores), além de investigado os entraves (desafios, dificuldades) para execução do PNAE, a fim de elaborar um plano de ação (relatório) para enfrentamento das dificuldades relacionadas à efetivação da compra de gêneros alimentícios da agricultura para o PNAE, propondo possíveis soluções.

Nos dias das oficinas, tanto quem oferta quanto quem demanda, apresentaram suas necessidades, e para tanto, justificou o intenso trabalho prévio realizado pelo CECANE e pela assistência técnica local. Para a efetivação do trabalho foram convidados para as oficinas: gestores escolares e da agricultura, nutricionistas, técnicos da assistência técnica, representantes das organizações da agricultura familiar e agricultores individuais.

Etapa 7: Assessoria, monitoramento e a apresentação do relatório por município.

Para concluir a execução do projeto, cada município recebeu um documento (relatório) contendo a análise dos entraves coletados na pesquisa diagnóstica, e os citados nas atividades da oficina presencial, com as possíveis soluções desses problemas. A visita de assessoria final, realizada em cada município, ocorreu para ajustar e aprovar o relatório final, assim como para propor ações para resolver as dificuldades encontradas.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Estiveram presentes nas oficinas, realizadas nos 17 municípios, agricultores e outros atores como nutricionistas, secretários municipais de educação, diretores, conselheiros da alimentação escolar (CAE), membros das comissões de compra e recebimento, dentre outros. A tabela 1 mostra, por município, a quantidade de participantes de agricultores e demais atores.

Tabela 1: Municípios Participantes do Projeto, Total de Agricultores e Atores que Participaram das Oficinas.

Ord.	Município	Agricultores	Demais Atores
1	Alvorada do Oeste	0	11
2	Castanheiras	0	5
3	Costa Marques	1	21
4	Gov. Jorge Teixeira	2	14
5	Jaru	0	18
6	Mirante da Serra	0	9
7	Nova União	2	5
8	Ouro Preto do Oeste	5	36
9	Presidente Médici	1	8
10	São Francisco do Guaporé	6	19
11	São Miguel do Guaporé	3	10
12	Seringueiras	3	13
13	Teixeirópolis	1	10
14	Theobroma	3	11
15	Urupá	15	18
16	Vale do Anari	6	14
17	Vale do Paraíso	17	25
	Total	65	247

Fonte: Dados do Projeto, 2024.

A participação dos agricultores familiares (65) representou 26,3% com relação a participação dos demais atores (247) do PNAE, com destaque ao município de Urupá com

83,3% de agricultores participantes, organizados pelo Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) e por uma Cooperativa de Agricultores, atuantes no acesso aos mercados institucionais por meio das políticas públicas; e para o município de Vale do Paraíso com 68%, em função da mobilização da nutricionista municipal que apresentou grande interesse no fortalecimento do programa. Já nos municípios de Alvorada do Oeste, Castanheiras, Jarú, Mirante da Serra não tiveram representantes dos agricultores, mesmo os convites sendo enviados as organizações de representações e aos produtores que já comercializam no PNAE.

Em todos os municípios, quando os participantes foram questionados sobre os valores dos recursos do PNAE, repassados pelo FNDE ao estado e municípios, afirmaram serem insuficientes e que, se considerar exclusivamente esse valor transferido pelo governo federal daria para atender, em média, simplesmente 25% dos dias letivos anuais. Ou seja, para que tenha merenda de qualidade, de acordo com o cardápio proposto pelas nutricionistas, o estado e os municípios têm que complementar os recursos ou, as escolas junto as comunidades locais deverão promover estratégia para atender minimamente aos alunos. Em todas as oficinas, entrevistas e conversas com os atores, todos apontaram a necessidade de melhorar, pelo menos dobrar, os valores atuais per capita, repassados pela Resolução nº 06 de 08 de maio de 2020, aos estados e municípios. Neste sentido, Kroth, Geremia e Mussio (2020) também apontam essa necessidade.

A Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, estabelece que, no mínimo, 30% dos recursos enviados pelo PNAE devem ser destinados à aquisição direta de produtos da agricultura familiar. A média encontrada nos municípios foi de 43,63% do recurso do PNAE designado para aquisição da agricultura familiar, ou seja, acima do recomendado, essas aquisições trazem para a merenda a qualidade dos alimentos da produção local, enriquecendo o cardápio, fomentando e fortalecendo o campo, com preços justos e a efetivação da política pública. Portanto, a participação da AF no PNAE não deve ser analisada apenas sob o aspecto econômico, mas também deve considerado os fatores sociais, culturais e alimentares que estão envolvidos nesse contexto (Bastos et al., 2024).

As chamadas públicas destinadas a aquisição da produção da AF, estão sendo, nas escolas estaduais, organizadas pela Superintendência Regional de Educação duas vezes por ano, coordenadas pelas nutricionistas e responsável pelo PNAE na unidade. Já nas escolas municipais são organizadas pelos setores de licitações das prefeituras, em parceria com as nutricionistas e ocorrem geralmente uma vez por ano. A partir das ações do CECANE/UNIR as equipes organizadoras da chamada pública, de alguns municípios, começaram a realizar reuniões antecipadamente a chamada para explicar aos produtores o processo, também melhoraram a metodologia de divulgação, da chamada, aos agricultores.

Quando inqueridos sobre a Assistência Técnica, de regra, a EMATER-RO tem apoiado na emissão de documentos (Cadastro Nacional da Agricultura Familiar - CAF) e no auxílio na elaboração do plano de venda. No entanto, a falta de técnico extensionista faz com que a entidade não consiga atender quanto ao acompanhamento da produção lá na propriedade.

No quesito logística, comumente as unidades escolares não têm locais adequados para armazenar grandes quantidades de produtos, no geral. Sendo assim, usualmente são os agricultores que entregam diretamente os produtos nas unidades escolares com frequência mensal ou quinzenal. Neste sentido, as escolas mais distantes, em muitas situações ficam desassistida, pois não compensa financeiramente para o produtor deslocar vários quilômetros para atender baixa demanda. Ficou claro, a necessidade do FNDE, junto com os atores locais, disponibilizar veículos adequados para atender a demanda do PNAE. Neste sentido Hunger, Campos e Padrão (2022) aponta que os produtores do Rio de Janeiro também reclamam da distância e o alto custo de logística para atender a política pública.

Na metade dos municípios atendidos pelo projeto, foram citados os Grupos Prioritários (assentados, quilombolas e indígenas). No entanto, em nenhum desses municípios, tais grupos estão acessando a política pública com o perfil prioritário.

A partir da ação do CECANE/UNIR as nutricionistas passaram a organizar os cardápios baseado na sazonalidade da produção local, um pedido dos agricultores, com isso tem-se oferta e demanda planejada, evitando prejuízos para o agricultor e melhorando a qualidade da merenda. Conforme Hunger, Campos e Padrão (2022) os agricultores possuem a mesma solicitação para planejar a produção no município do Rio de Janeiro. O fato se dá, pois no entendimento dos agricultores, eles vêm contribuindo para segurança alimentar nas escolas, estão sempre preocupados em ofertar produtos de qualidade que atendam a necessidade dos próprios filhos, e buscam informações se os seus produtos estão atendendo as escolas e se precisam melhorar.

Quando verificado junto os agricultores de RO os principais entraves para a boa participação da AF no PNAE, apontaram: dificuldades de regularizar alimentos processados (agroindústrias para emissão dos selos), falta de merendeiras, para preparar os produtos *in natura*, de assistência técnica, e de mão de obra, assim como as mudanças climáticas. Quando o tema são produtos processados, Assis, França e Coelho (2019) apontam grandes dificuldades para se ter os selos de inspeção necessário para comercializar. De acordo com Bastos et al. (2024, p. 32) alguns dos principais entraves encontrados no processo de implementação do PNAE são: “excesso de burocracia envolvida no processo do PNAE, atraso das chamadas públicas, questão da logística e de acesso,..., dificuldades para ofertar os produtos diferenciados para escolas e a barreira para criação de cooperativas e associações”. Observa-se que não há unanimidade entre os entraves detectados, pelos autores, no processo de implementação do PNAE, aos elencados pelos agricultores dos 17 municípios de RO.

Já produtos básicos processados adquiridos da AF no PNAE são: Polpas, frango caipira, peixe processado, ovos e derivados de leite (iogurte e leite pasteurizados) e mandioca (farinha e mandioca descascada). Já os principais produtos *in natura* são: Banana, batata-doce, abóbora, mandioca, melancia, laranja, milho verde, poncã, mandioca, mamão, maxixe, pepino, pimentão verde, goiaba, tomate, pimenta de cheiro, vagem, limão, inhame, alface, couve, cheiro verde. Esses produtos são encontrados na grande maioria dos municípios.

Os resultados evidenciaram que os agricultores familiares reconhecem a relevância de seu papel na efetivação do PNAE, demonstrando consciência de sua contribuição para a segurança alimentar e nutricional nas escolas. Mostraram-se dispostos a adotar medidas que assegurem a qualidade dos alimentos ofertados, em conformidade com os padrões do programa. Para maioria dos agricultores, o PNAE é uma política pública importante que além de incentivar a fornecer alimentos de qualidade para as escolas, tem impactos econômicos e sociais significativos em suas vidas, ressaltando a melhoria de renda e na qualidade de vida, e o estímulo à agricultura familiar evitando o êxodo rural tendo com consequência o desenvolvimento local e regional.

4 CONCLUSÃO

O estudo evidenciou que a atuação do CECANE/UNIR contribuiu significativamente para o fortalecimento da política pública do PNAE em 17 municípios de Rondônia, promovendo articulações entre agricultores familiares, nutricionistas, gestores públicos e técnicos da extensão rural. Os diagnósticos, oficinas e relatórios individualizados favoreceram uma compreensão mais profunda dos desafios e das potencialidades locais, alinhando ações à legislação vigente e aos princípios da segurança alimentar e nutricional.

Foi possível observar que os agricultores familiares demonstram consciência de seu papel no fornecimento de alimentos saudáveis às escolas e valorizam a oportunidade de

participar de políticas públicas. Contudo, sua atuação ainda é limitada por entraves como a insuficiência de recursos federais, a carência de infraestrutura, de logística, bem como de assistência técnica.

Apesar dos desafios, o projeto indicou avanços relevantes, como a construção de cardápios escolares, pelas nutricionistas, baseados na sazonalidade da produção local, o que favorece a qualidade da alimentação escolar e reduz perdas para os agricultores. A presença ativa de nutricionistas e gestores municipais foi essencial para viabilizar ações coordenadas e garantir o planejamento entre oferta e demanda.

Por fim, destaca-se a importância da continuidade da assessoria técnica e do fortalecimento institucional do CECANE/UNIR para ampliar a participação dos grupos prioritários, promover a inclusão socioprodutiva e garantir a efetividade do PNAE como política pública de fomento à agricultura familiar, ao desenvolvimento local, e à segurança alimentar no estado de Rondônia.

REFERÊNCIAS

ASSIS, T. R. P., FRANÇA, A. G. M., COELHO, A. M. Agricultura familiar e alimentação escolar: desafios para o acesso aos mercados institucionais em três municípios mineiros. **Revista de Economia e Sociologia Rural** 57 (4). Oct-Dec 2019.

BASTOS, R.C., LORETO, M. D.S., EMMENDOERFER, M.L., SOUZA, G.B.P. As implicações do PNAE nas práticas dos agricultores familiares como geração de oportunidades para o desenvolvimento. **Contribuciones a Las Ciencias Sociales**, São José dos Pinhais, v.17, n.1, p. 162-197, 2024.

BRASIL. Casa Civil. **Lei 11.947 de 16 de junho de 2009**. Brasília / DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/11947.htm. Acesso em: 18 de maio 2025.

HUNGER, R., CAMPOS, F.M., PADRÃO, S.M. A quem se destinam as chamadas públicas?: os desafios da participação dos agricultores familiares no Programa Nacional de Alimentação Escolar no município do Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**. Volume 12. nº 2. agosto 2022.

KROTH, D.C., GEREMIA, D.S., MUSSIO, B.R. Programa Nacional de Alimentação Escolar: uma política pública saudável. **Ciência saúde coletiva**. nº 25. Out 2020

NETO, C. R.; SILVA, F. A. C.; ARAÚJO, L. V. Artigo - Qual é a participação da agricultura familiar na produção de alimentos no Brasil e em Rondônia?. 2020. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/55609579/artigo---qual-e-a-participacao-da-agricultura-familiar-na-producao-de-alimentos-no-brasil-e-em-rondonia>. Acesso em: 20 maio 2025.

SIDANER E., BALABAN D., BURLANDY L. The Brazilian school feeding programme: an example of an integrated programme in support of food and nutrition security. *Public Health Nutrition*, v. 16, n. 6, p. 989-994, 2013.

TRICHES, R. M; SCHNEIDER, S. Alimentação escolar e agricultura familiar: reconectando o consumo à produção. *Saúde e Sociedade*, v.19, n. 4, p.933-945, 2010.